

DIREITOS HUMANOS E JUSTIÇA

II COLÓQUIO: IDEALIZAÇÃO

Cecília Paranhos Santos Marcelino¹, Anderson Diego Marinho da Silva², Andrêsa Mayara Andrade de Sousa³, Gustavo Oliveira Cardoso⁴, Juliana das Mercês Gomes Bezerra⁵ e Talyson Monteiro Alves⁶.

Para a vigência de 2017, o projeto de extensão menino legal realizou o II colóquio sobre a efetivação da proteção integral aos direitos da criança e do adolescente, nessa feita, abordando a temática sobre inclusão na infância, procuramos discutir os aspectos em que se solidifica a igualdade de tratamento, seja no tocante aos aspectos educacionais, no tocante as políticas de saúde, dentre outros provimentos políticos normativos, o contexto social que o menor portador de necessidades especiais está inserido, analisando, principalmente, a eficácia do Estado em promover a efetividade das garantias fundamentais. Nesse sentido, além de procurar o fomento constitucional das políticas públicas, estiveram em constante análise as estruturas, os eixos temáticos e pedagógicos na educação inclusiva infantil, através da rede de proteção integral no município de Sousa/PB. Também, procuramos solidificar a produção acadêmica, principalmente nas circunstâncias que tem o menor e o adolescente como núcleo central. As publicações se deram por meio de artigos científicos submetidos ao crivo de competente conselho editorial subdividido em GT's que abordaram a criminalidade e a infância, as políticas públicas na infância e as garantias constitucionais e os reflexos sociais e familiares das crianças e adolescentes portadoras de necessidades especiais. Os mais de 180 inscritos no evento puderam desfrutar de apresentações, teatrais e culturais de entidades sem fins lucrativos do município de Sousa/PB, que procuram atuar nas situações de ineficácia/ineficiência do Estado no amparo mínimo, e, também, na supressão do amparo afetivo. Ademais, os palestrantes do II colóquio puderam, com propriedade de atuação prática e militância ativa, demonstrar o contexto atual, a realidade normativa e o descompasso legislativo que as garantias dos menores estão submetidas, bem como, a luta pela superação das deficiências físicas, sociais, e, também, pela visibilidade e respeito da condição a que os menores estão submetidos como fomento a dignidade e humanidade.

Palavras-Chave: direitos da criança e do adolescente, efetivação, inclusão, políticas públicas

¹Cecília Paranhos Santos Marcelino, Docente do Curso de Direito, Coordenadora do Projeto de Extensão Menino Legal, ceciparanhos@hotmail.com;

²Graduando em Direito, Bolsista, andersondiegomarinho@outlook.com;

³Graduanda em Direito, Voluntária, andresa_mayara@hotmail.com;

⁴Graduando em Direito, Voluntário, cardosoguga13@gmail.com;

⁵Graduanda em Direito, Voluntária, mercesjuliana@hotmail.com;

⁶Graduando em Direito, Voluntário, talysonmonteiro@hotmail.com.